

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Trânsito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O cerne da justiça é a soma das ideias de igualdade e liberdade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Mobilidade urbana

Ao longo dos últimos anos a expressão **mobilidade urbana** – soma das condições e dos critérios oferecidos para a livre circulação das pessoas numa cidade – tem sido empregada para identificar um dos desafios dos grandes centros urbanos. Trata-se de um conceito mais complexo do que parece: não se reduz a uma simples questão de trânsito, diz respeito ao modo e à qualidade de vida das pessoas, à dinâmica instituída em seu cotidiano. Trata-se, enfim, de considerar uma política pública para qualificar os espaços em que os indivíduos se movimentam.

O desafio está, sobretudo, em escolher os usos do território urbano, em privilegiar este ou aquele meio de transporte, em administrar os rumos e as concentrações de passageiros. Essa escolha não se faz sem pressupostos: o que, de fato, se pretende instituir? A livre circulação dos automóveis? O favorecimento do transporte coletivo? A velocidade máxima em canais de uso regulamentado? Faixas para ciclistas? Calçadas para pedestres? Espaços ambientais interligados? Linhas subterrâneas? A política implicada nesta ou naquela escolha diz muito das convicções de quem administra o espaço das grandes cidades. Como este é fatalmente limitado, e tende a receber um número sempre crescente de usuários, há que se encontrar medidas que otimizem seu uso e favoreçam a mobilidade de quem se considere seu usuário preferencial. Não é à toa que medidas tomadas para a implementação prática da mobilidade urbana provocam polêmicas ácidas, quando não conflitos mais graves, entre setores da população.

Como regra geral, o poder público deve se envolver sobretudo com o que seja coletivo, o que atenda à parte maior da população, visando criar condições dignas para sua mobilidade. O transporte de massas não pode ser sacrificado em nome do transporte individual. A primazia do automóvel tem infligido enormes custos à qualidade de vida da maioria dos que habitam as grandes cidades.

(Argemiro Diaféria, inédito)

1. É complexa a implementação de uma adequada política de mobilidade urbana porque, fundamentalmente,
 - (A) implica escolhas das medidas que qualificarão prioridades para a circulação cotidiana das pessoas nos grandes centros urbanos.
 - (B) depende de soluções técnicas para o enfrentamento de situações emergenciais proporcionadas pelo trânsito intenso de veículos.
 - (C) deve desconsiderar os interesses dos setores da população que ocasionalmente venham sendo privilegiados quanto ao uso do espaço público.
 - (D) pressupõe um pleno consenso dos cidadãos quanto às medidas que definirão o nível da prioridade do transporte público.
 - (E) enfrenta o desafio de garantir a livre circulação dos usuários, independentemente do meio de transporte de que se valham.

2. Indica-se um **pressuposto** básico para uma consequente e ampla política de mobilização urbana no seguinte segmento do texto:
 - (A) *um dos desafios dos grandes centros urbanos* (1º parágrafo)
 - (B) *Essa escolha não se faz sem pressupostos* (2º parágrafo)
 - (C) *A velocidade máxima em canais de uso regulamentado* (2º parágrafo)
 - (D) *receber um número sempre crescente de usuários* (2º parágrafo)
 - (E) *se envolver sobretudo com o que seja coletivo* (3º parágrafo)

3. Expressam uma causa e sua consequência, nesta ordem, os seguintes segmentos
 - (A) *A política implicada nesta ou naquela escolha / diz muito das convicções de quem administra* (2º parágrafo)
 - (B) *diz respeito ao modo e à qualidade de vida das pessoas / à dinâmica instituída em seu cotidiano* (1º parágrafo)
 - (C) *O desafio está, sobretudo, em escolher os usos do território urbano / em privilegiar este ou aquele meio de transporte* (2º parágrafo)
 - (D) *este é fatalmente limitado / há que se encontrar medidas que otimizem seu uso e favoreçam a mobilidade* (2º parágrafo)
 - (E) *Como regra geral / o poder público deve se envolver sobretudo com o que seja coletivo* (3º parágrafo)



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *para identificar um dos desafios* (1^o parágrafo) = a fim de discriminar um dos aspectos contraditórios.
 - (B) *dinâmica instituída em seu cotidiano* (1^o parágrafo) = sua agitação habitualmente admitida no dia a dia.
 - (C) *Essa escolha não se faz sem pressupostos* (2^o parágrafo) = tal opção é de algum modo compulsória.
 - (D) *diz muito das convicções de quem administra* (2^o parágrafo) = é bastante reveladora das resolutas crenças de quem gere.
 - (E) *tem infligido enormes custos à qualidade de vida* (3^o parágrafo) = vem infringindo altos prejuízos à vida mais qualitativa.
-
5. É clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A partir das premissas do texto verificam-se as condições, pelas quais se deve enfrentar quando se trata de um adequado planejamento com respeito a mobilidade urbana.
 - (B) Há muitos fatores implicados num planejamento voltado para dotar uma grande cidade das condições que garantam uma bem administrada mobilidade urbana.
 - (C) Mais do que uma opção, é uma fatalidade que se escolha os pressupostos em que se haverão de reger as providências destinadas a uma satisfatória mobilidade urbana.
 - (D) O autor do texto deixa implícito sua convicção de que o envolvimento do poder público se faça de modo a que se contemple os anseios da maioria da população.
 - (E) Muitos podem ser os objetivos de um planejamento urbano, sendo que entre eles, a mobilidade das pessoas deve constituir uma meta prioritária, porquanto desafiadora.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Se não se (**considerar**) os efeitos práticos desse novo planejamento urbano, a cidade tornar-se-á um caos em que todos estaremos mergulhados.
 - (B) A administração de algumas pequenas idades, de modo bisonho, (**simular**) problemas de mobilidade urbana para encontrar soluções desnecessárias.
 - (C) É preciso que se (**cobrar**) do poder público medidas gerenciais que garantam uma aceitável qualidade de vida para a maioria da população.
 - (D) Transitar em espaços ambientais ou amplos calçadões não (**constituir**) privilégios, mas condições dignas de mobilidade urbana.
 - (E) Há resoluções que não (**cabem**) ao poder público tomar sem antes averiguar quais sejam os reais interesses da maior parte dos cidadãos.
-
7. Há construção na **voz passiva** e adequada **articulação entre os tempos e formas verbais** na seguinte frase:
- (A) O favorecimento do transporte coletivo terá melhores resultados caso o administrador viesse a fazer um correto diagnóstico da demanda existente.
 - (B) Ainda que as medidas tomadas sejam insuficientes, os entraves na circulação de veículos desta cidade seriam menos sérios no caso de haver real planejamento.
 - (C) É comum que os segmentos mais prestigiados da população queiram manter seus privilégios, conquanto os direitos alheios sejam injustamente negligenciados.
 - (D) Uma das novas medidas que teriam causado maior discussão é a instauração de faixas exclusivas, nas quais os ciclistas gozassem de maior segurança.
 - (E) Caso o transporte público não constitua uma prioridade, os problemas de circulação nas grandes metrópoles continuariam a atormentar os cidadãos.
-
8. *A primazia do automóvel tem infligido enormes custos à qualidade de vida da maioria dos que habitam as grandes cidades.*
Uma nova, correta e coerente redação da frase acima, iniciando-se por uma inversão na ordem de seus elementos, poderá ser:
A maioria dos que habitam as grandes cidades
- (A) têm sofrido a primazia do automóvel, com seus prejuízos de qualidade de vida.
 - (B) vem sendo infligida, pela primazia do automóvel, de custos em sua qualidade de vida.
 - (C) sofre, graças à primazia do automóvel, que lhes infligem danos na qualidade de vida.
 - (D) tem sofrido danos em sua qualidade de vida, em função da primazia do automóvel.
 - (E) vem sofrendo, em sua qualidade de vida, o que lhe inflige os privilégios do automóvel.



Atenção: As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto seguinte.

Amor-próprio

O grande cronista Rubem Braga cunha uma frase definitiva a respeito do “amor-próprio”: “Se eu conhecesse outro sujeito igual a mim, nossas relações nunca chegariam a ser grande coisa.” Isto não quer dizer, porém, que não goste de si mesmo. Significa apenas que ele é um homem que põe, sem medos tolos, a diversidade e a surpresa em primeiro lugar. O que mais o atrai na vida é, justamente, a imprevisibilidade. O amor-próprio lhe parece, então, monótono e desnecessário. Quase um vício. Ele evita essas pessoas saudáveis e resolvidas que estão sempre cuidando de si. O cuidado de si, para Braga, é uma forma de mascaramento.

O amor-próprio de Braga se revela no uso que faz da crônica. Em suas mãos, ela é, antes de tudo, uma máquina de confessar. Praticando-a, o cronista expõe as impressões, experiências e sentimentos que o atormentam; ao escrever, enxágua a alma até a mais absoluta transparência.

(CASTELLO, José. Na cobertura de Rubem Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p. 56-57)

9. Deve-se entender, no contexto, que a frase definitiva de Rubem Braga, transcrita no primeiro parágrafo do texto, mostra que o grande cronista
- (A) não conheceria muito bem a si mesmo, razão pela qual não acreditava na possibilidade de reconhecer quem se parecesse com ele.
 - (B) não manifestaria apreço por quem se parecesse com ele porque, nesse caso, ele próprio deixaria de ser uma pessoa inteiramente original.
 - (C) não teria interesse em se relacionar com alguém tão familiar, cujas qualidades lembrassem de perto as que ele próprio já detinha.
 - (D) preferiria manter suas qualidades em segredo, razão pela qual se escandalizaria com qualquer pessoa que propagasse as próprias.
 - (E) admitiria alguma identificação com um desconhecido no caso de perceber que entre ambos as diferenças pesariam tanto quanto as semelhanças.
-
10. Segundo o texto, a convicção de que o cuidado de si, para Braga, é uma forma de mascaramento
- (A) reflete-se em suas crônicas como uma espécie de obsessão confessional, que acaba predominando nelas.
 - (B) faz desse cronista um indivíduo que acusa em si mesmo a máscara do amor-próprio com a qual se protege.
 - (C) sobreleva em suas crônicas o exorcismo de suas qualidades pessoais, por temor ao excesso de amor-próprio.
 - (D) demonstra que o cronista não se ilude com as confissões, ditadas que são pelo nosso interesse de nos mostrarmos sentimentais.
 - (E) traduz-se como uma linguagem que tem plena consciência de seu artifício, acusando em si mesma as falsas confissões.
-
11. O segmento do texto *ele é um homem que põe, sem medos tolos, a diversidade e a surpresa em primeiro lugar* ganha nova redação, preservados seu sentido e sua correção, em:
- (A) conquanto alguns medos tolos, ele é um homem que dá primazia sobretudo a diversidade e a surpresa.
 - (B) em primeiro lugar, antes de tolices medrosas, vem, para esse homem, os aspectos da diversidade e da surpresa.
 - (C) sem receios bobos, é alguém que valoriza antes de mais nada as qualidades do que é diversificado e inesperado.
 - (D) tanto a multiplicidade quanto a imprevisibilidade constituem-se, para esse homem, de qualidades que se descartam dos medos tolos.
 - (E) ao invés de lhe acometer receios inconsequentes, prefere esse homem galgar em primeiro lugar o que lhe é adverso ou intrigante.
-
12. Está plenamente correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:
- (A) É patente a admiração à qual o autor do texto se vê tomado pelo cronista Rubem Braga, de cujo estilo também analisa à perfeição.
 - (B) Não se deve assumir como boas qualidades os vícios que, tão diligentemente, pretendem-se assim mascarar-se.
 - (C) É comum que se registre no estilo de um escritor sincero como Rubem Braga as marcas que em sua linguagem se impõe como testemunho de coragem.
 - (D) As grandes experiências e sentimentos, de cujo peso nos curvamos, costumam refletir-se na linguagem em cuja nos confessamos.
 - (E) Não será por medos tolos ou inseguranças pueris que Rubem Braga deixará de expor, nas crônicas pelas quais se notabilizou, suas confissões mais pessoais.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

13. Para solicitar a emissão de certo documento, um cidadão deve passar por quatro etapas, que precisam ser cumpridas em ordem crescente (começando pela etapa 1 e finalizando com a 4). Cada etapa pode ser agendada no *site* do órgão competente e tem duração exata de uma hora. Assim, o sistema não permite que duas etapas consecutivas sejam agendadas com intervalo inferior a uma hora. As quatro etapas não precisam, necessariamente, ser realizadas no mesmo dia.

A tabela mostra os horários disponíveis no *site* para agendamento dessas etapas em certo dia.

Etapa	Disponibilidade para agendamento Os horários indicados correspondem ao início do atendimento, que tem duração de 1 hora
1	9h00 às 10h00 ou 11h30 às 13h00 ou 16h00 às 18h00
2	7h30 às 9h30 ou 15h00 às 18h00
3	9h00 às 17h00
4	7h00 às 12h30 ou 14h30 às 17h30

Uma pessoa deseja agendar as quatro etapas no dia mostrado na tabela. Considerando as disponibilidades lá indicadas, essa pessoa

- (A) não conseguirá realizar as quatro etapas no mesmo dia.
- (B) poderá realizar as quatro etapas no mesmo dia ocupando um intervalo de, no mínimo, 4 horas.
- (C) poderá realizar as quatro etapas no mesmo dia ocupando um intervalo de, no mínimo, 7 horas.
- (D) poderá realizar as quatro etapas no mesmo dia ocupando um intervalo de, no mínimo, 6 horas.
- (E) poderá realizar as quatro etapas no mesmo dia ocupando um intervalo de, no mínimo, 5 horas.
-
14. A produtividade de um agente público de determinada categoria em um período de um ano pode ser alta, média ou baixa, conforme os critérios estabelecidos no regimento interno. Todo agente que atinge produtividade alta e não possui faltas sem justificativa no período de um ano recebe um bônus especial no mês de janeiro seguinte. Artur, um agente público dessa categoria, não recebeu o bônus especial em janeiro de 2018. Dessa forma, Artur, no ano de 2017, necessariamente,
- (A) teve produtividade baixa e pelo menos uma falta sem justificativa.
- (B) não teve produtividade alta ou teve pelo menos uma falta sem justificativa.
- (C) teve produtividade média ou baixa e exatamente uma falta sem justificativa.
- (D) não teve produtividade alta e teve pelo menos uma falta sem justificativa.
- (E) teve produtividade baixa ou pelo menos uma falta sem justificativa.
-
15. Em cada rodada de um jogo de dardos, cada participante pode receber 0, 3, 6 ou 10 pontos, dependendo da região do alvo que consegue acertar. Depois de cinco rodadas, as pontuações recebidas por um jogador são somadas, determinando a sua pontuação final. Dentre os valores abaixo, o único que pode representar a pontuação final de um participante desse jogo de dardos é
- (A) 37.
- (B) 42.
- (C) 45.
- (D) 49.
- (E) 53.
-
16. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, todo motorista flagrado dirigindo sob influência de álcool receberá uma multa e terá sua habilitação suspensa por um ano. A partir dessa informação, é correto concluir que, necessariamente,
- (A) todo motorista que tiver recebido uma multa foi flagrado dirigindo sob influência de álcool.
- (B) todo motorista com a habilitação suspensa por um ano foi flagrado dirigindo sob influência de álcool.
- (C) somente se um motorista tiver sua habilitação suspensa por um ano ele poderá receber uma multa.
- (D) se um motorista não foi flagrado dirigindo sob influência de álcool então ele não pode ter sua habilitação suspensa por um ano.
- (E) se um motorista não teve sua habilitação suspensa por um ano então ele não foi flagrado dirigindo sob influência de álcool.




17. Os 25 caminhões da frota de uma empresa serão vistoriados no departamento de trânsito de uma cidade, para que recebam autorização especial para circular em determinada região do município. No dia da vistoria, cada veículo será encaminhado a um dos 10 fiscais do setor de fiscalização. Esse encaminhamento é feito por meio de um sorteio, realizado quando o caminhão é recepcionado no setor pelo próprio sistema de cadastro. Em relação ao resultado do sorteio, é correto afirmar que, necessariamente,
- (A) pelo menos um fiscal vai vistoriar mais do que 2 caminhões da frota.
 - (B) cada fiscal vai vistoriar no mínimo 2 e, no máximo, 3 caminhões da frota.
 - (C) nenhum fiscal ficará livre de vistoriar caminhões da frota dessa empresa.
 - (D) nenhum fiscal vai vistoriar mais do que 3 caminhões da frota.
 - (E) os 25 caminhões não poderão ser vistoriados pelo mesmo fiscal.
-
18. Um edifício de escritórios possui 8 andares. O piso de cada andar é um retângulo de 14 metros por 18 metros. Em cada andar, há um corredor de 2 metros de largura por 18 metros de comprimento, sendo todo o restante do espaço ocupado por salas, todas retangulares. Nos andares ímpares, as salas têm 6 metros por 6 metros e, nos pares, 6 metros por 9 metros. O total de salas existentes nesse edifício é igual a
- (A) 32.
 - (B) 36.
 - (C) 40.
 - (D) 48.
 - (E) 56.
-
19. O prefeito de um município determinou que, nos primeiros 100 dias de seu governo, em caráter emergencial, fossem feitos plantões especiais nos serviços de atendimento à população em todos os sábados e domingos daquele período. Se o primeiro dia do mandato desse prefeito caiu em uma sexta-feira, o total de plantões especiais realizados no período de 100 dias foi igual a
- (A) 26.
 - (B) 27.
 - (C) 28.
 - (D) 29.
 - (E) 30.
-
20. Os tenistas que disputaram as quatro partidas das quartas de final de um torneio de tênis eram de três continentes diferentes: da Europa (um suíço, um espanhol, um alemão e um croata), da América do Sul (um brasileiro e um argentino) e da América do Norte (um americano e um canadense). Em relação à composição dos jogos das quartas de final, sabe-se que:
- o croata disputou o único confronto entre tenistas do mesmo continente;
 - o argentino jogou contra um europeu, que não foi o suíço;
 - tanto o brasileiro quanto o alemão enfrentaram tenistas da América do Norte.
- O tenista suíço enfrentou um adversário
- (A) americano.
 - (B) croata.
 - (C) canadense.
 - (D) brasileiro.
 - (E) espanhol.

Noções de Informática

21. No sistema operacional Windows 7, as extensões dos tipos de arquivo conhecidos são ocultadas por padrão. Uma das formas de mostrar as extensões dos arquivos é por meio do Painel de Controle
- (A) Personalização, Alterar Modo de Exibição, e, na janela Pastas e Arquivos, modificar o item de ocultação da Extensão.
 - (B) Preferências, aba Pastas e Arquivos, e acessar o item de apresentação da extensão na aba Geral.
 - (C) Gerenciador de Preferências, Pastas e Arquivos, e acessar o item de apresentação da extensão na aba Geral.
 - (D) Personalização, aba Pastas e Arquivos, e acessar o item de modificação na janela Apresentação.
 - (E) Opções de Pasta, aba Modo de Exibição, e acessar o item de ocultação da extensão na janela Configurações Avançadas.



22. O *pen drive* é um dos dispositivos de armazenamento mais utilizados atualmente no universo da informática. Considere que um *pen drive* que possui armazenado o arquivo *Editai.pdf*, com 377 kB de tamanho, foi inserido na porta USB de um computador com sistema operacional Windows 7. Caso o arquivo *Editai.pdf* seja arrastado para a Lixeira presente na Área de Trabalho,
- (A) o arquivo será removido do *pen drive* e armazenado na pasta Lixeira da Área de Trabalho possibilitando a restituição do arquivo.
 - (B) será apresentada uma janela para se escolher pela transferência do arquivo ou criar um atalho para o arquivo na pasta Lixeira da Área de Trabalho.
 - (C) o arquivo será transferido para a pasta oculta Lixeira do *pen drive* sendo possível recuperar o arquivo habilitando a visualização da pasta oculta.
 - (D) será apresentada uma janela de alerta de exclusão permanente, na qual se pode escolher o prosseguimento da ação.
 - (E) o arquivo será transferido para a pasta oculta *System Volume Information* do *pen drive*, não sendo possível recuperar o arquivo.

23. Durante a edição de um texto no Word 2010, o usuário clicou sobre o ícone  presente na guia Página Inicial. Como resultado o usuário observou que o texto em edição apresentava, entre outros símbolos, o símbolo de uma seta para a direita entre **Noções** e **de** conforme fragmento de texto abaixo:

Noções de Informática

No contexto das marcas de parágrafos e símbolos de formatação ocultos, o símbolo da seta para a direita indica

- (A) hifenização incondicional.
 - (B) caractere de tabulação.
 - (C) mudança de coluna em tabela.
 - (D) espaço incondicional.
 - (E) hifenização opcional.
24. Os principais navegadores da internet como o Google Chrome, o Firefox e o Internet Explorer possibilitam, respectivamente, a navegação anônima, privativa e InPrivate. Uma das funções da navegação anônima do Google Chrome é
- (A) ocultar a navegação do administrador da rede.
 - (B) não armazenar a lista de favoritos.
 - (C) o não armazenamento de *cookies*.
 - (D) se tornar anônimo para o *website* visitado.
 - (E) ocultar a navegação do provedor de acesso.

25. Após acessar um *website* para o *download* de músicas da internet foi notado que o navegador internet passou a mostrar janelas *pop-up* com propagandas de forma infinita, ou seja, após o fechamento de uma janela, outra é apresentada em seguida de forma contínua. Esse efeito é característico do ataque do *malware* conhecido como
- (A) *adware*.
 - (B) *spyware*.
 - (C) *botnet*.
 - (D) *worm*.
 - (E) *rootkit*.

Noções de Direito Constitucional

26. Diante do previsto na Constituição Federal, súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal sobre a competência dos Municípios para legislar sobre determinada matéria
- (A) terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, desde que aprovada mediante decisão de, no mínimo, 8 de seus membros.
 - (B) terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, desde que aprovada mediante decisão da maioria absoluta de seus membros.
 - (C) terá efeito vinculante em relação aos órgãos da Administração pública direta e indireta e do Poder Legislativo, na esfera municipal apenas, bem como em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, desde que aprovada mediante decisão de, no mínimo, 8 de seus membros.
 - (D) terá efeito vinculante em relação aos órgãos da Administração pública direta e indireta e do Poder Legislativo, na esfera municipal apenas, bem como aos demais órgãos do Poder Judiciário, desde que aprovada mediante decisão da maioria absoluta de seus membros.
 - (E) será inconstitucional, por versar sobre matéria sujeita à representação de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça dos Estados.



27. Lei estadual que disponha sobre questões específicas em matéria de trânsito e transporte será
- (A) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, sendo vedado à União delegá-la aos Estados.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, desde que haja lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa dos Municípios.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados e Distrito Federal.
 - (E) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa suplementar dos Estados, que estão inclusive autorizados a exercer competência legislativa plena na matéria, para atender a suas peculiaridades, na hipótese de ausência de lei federal.
-
28. Nos termos da Constituição Federal, a adoção, pelo Presidente da República, de medidas de reorganização da Administração federal, que impliquem a extinção de cargos e funções vagos,
- (A) é incabível, por se tratar de matéria privativa de lei, não passível de delegação legislativa, vedada a edição de medida provisória sobre o tema.
 - (B) cabe ser tomada mediante decreto, independentemente de edição prévia de lei que o autorize a tanto.
 - (C) cabe ser tomada apenas mediante medida provisória, desde que presentes requisitos de urgência e relevância.
 - (D) cabe ser tomada apenas mediante delegação legislativa do Congresso Nacional.
 - (E) cabe ser tomada mediante decreto, desde que mediante a edição prévia de lei que o autorize a tanto.
-
29. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil promove, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade em face de dispositivos de determinada lei estadual que, ao dispor sobre segurança pública e viária, estabelece, entre outras medidas, que as atividades de defesa civil incumbem ao corpo de bombeiros militar, subordinado ao Governador do Estado, e que as atividades de segurança viária de competência do Estado devem ser exercidas por agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da referida lei.
- Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal,
- (A) falta legitimidade ao Conselho Federal da OAB para a propositura da ação.
 - (B) a ação não poderia ter sido ajuizada perante o STF, uma vez que a inconstitucionalidade de lei estadual deve ser arguida perante o Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
 - (C) embora presentes requisitos de admissibilidade da ação, quanto à legitimidade para sua propositura e ao objeto, no mérito é improcedente, pois as medidas determinadas pela lei estadual são compatíveis com a Constituição.
 - (D) estão presentes os requisitos de admissibilidade da ação, quanto à legitimidade para sua propositura e ao objeto, e no mérito é procedente apenas no que se refere às atividades de defesa civil, atribuídas pela Constituição aos Municípios.
 - (E) estão presentes os requisitos de admissibilidade da ação, quanto à legitimidade para sua propositura e ao objeto, e no mérito é procedente apenas no que se refere aos aspectos de segurança viária, de competência legislativa privativa da União.
-
30. A pretensão de comunidades indígenas ao exercício de posse permanente sobre terras que tradicionalmente ocupam
- (A) não tem respaldo na Constituição Federal, que assegura a demarcação das terras por elas habitadas em caráter permanente, mas não a sua posse, embora lhes garanta participação nos resultados da lavra das riquezas minerais nela existentes.
 - (B) não tem respaldo na Constituição Federal, que assegura a demarcação das terras por elas habitadas em caráter permanente, mas não a sua posse, embora estabeleça que tais terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
 - (C) tem respaldo na Constituição Federal, que prevê, ainda, serem nulos quaisquer atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras, ressalvados, no caso de ocupações de boa-fé, o direito à indenização por todos os prejuízos decorrentes da desocupação, bem como o direito a ações contra a União, a quem compete a demarcação das terras.
 - (D) tem respaldo na Constituição Federal, que lhes assegura, ademais, o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, estando elas legitimadas a ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
 - (E) tem respaldo na Constituição Federal, que veda, ademais, a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, *ad referendum* do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

**Noções de Direito Administrativo**

31. A execução dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 possui peculiaridades em relação às concessões de serviço público regidas pela Lei nº 8.987/95, porque naqueles contratos
- (A) o poder público contratante é obrigado a exigir do contratado que preste garantias no valor do contrato, que deverão possuir validade até o final da vigência da avença.
 - (B) não são exigíveis garantias, enquanto as garantias prestadas pelo poder concedente nos contratos de concessão regidos pela Lei nº 8.987/95 podem ser substituídas pelos bens públicos que forem atrelados ao serviço público sob responsabilidade do concessionário.
 - (C) há possibilidade de aditamento quantitativo ao valor do contrato, enquanto nos contratos de concessão são admitidas alterações somente de natureza qualitativa.
 - (D) há possibilidade de subcontratação do objeto do contrato, desde que mantidas as condições vigentes para a avença, diversamente dos contratos regidos pela Lei nº 8.987/95, que não admitem subcontratação para nenhum aspecto ou atribuição.
 - (E) há previsão legal permitindo exigir garantias do contratado para fiel execução do contrato, enquanto nas concessões de serviço público precedidas de obra pública essa providência é obrigatória em relação a estas.
-
32. Determinado município pretende implantar uma unidade básica de saúde em seu território como forma de execução de seu programa de atendimento a segmentos de saúde especializados. Não conta com imóvel disponível para tanto, tampouco há tempo hábil para construir as instalações, considerando que há um cronograma de implementação do programa. Localizou um prédio pertencente ao Estado, que está desativado, sendo possível
- (A) pleitear a outorga de uso privativo do bem, mediante assinatura de contrato de permissão ou concessão de uso, para instalação da unidade de saúde.
 - (B) demandar o ente titular do domínio do imóvel para que, mediante convênio, seja autorizado o uso para as finalidades do programa, inexistindo outras vias administrativas para tanto.
 - (C) requerer ao Estado a outorga de permissão de uso do bem, ato unilateral que conferirá o uso privativo do imóvel à municipalidade.
 - (D) que o Município requeira a ocupação temporária do imóvel, a fim de que, mediante indenização, possa se utilizar do bem ainda que não haja concordância do ente político proprietário.
 - (E) solicitar a doação do imóvel ao Município, seguindo o trâmite legal para tanto, inexistindo outras formas ou instrumentos de ocupação que possam viabilizar a utilização do bem pelo ente público.
-
33. Uma autarquia municipal deu início a um plano de venda de seus imóveis, o que incluía a etapa de avaliação desses ativos pelo seu departamento de engenharia. O engenheiro chefe responsável pelas avaliações retificou as avaliações que lhe foram entregues, imprimindo-lhes uma redução de valor da ordem de 20%. Depois da mudança de valores, restou viabilizada a alienação de dez desses imóveis ao Município, com dispensa de licitação. Na sequência, a Municipalidade alienou referidos bens por valores semelhantes aos das avaliações originais. Com base nessas informações,
- (A) é possível que a atuação do engenheiro chefe tipifique ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, sendo possível presumir que a conduta deve ter sido remunerada com algum tipo de vantagem.
 - (B) há indícios da prática de ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, em se comprovando que as avaliações feitas pelo engenheiro chefe possuíam impropriedades que as distanciavam do valor de mercado dos bens.
 - (C) deve ser instaurado procedimento disciplinar para apuração da conduta dolosa do engenheiro, esta que, desde que comprovada, assim como o prejuízo ao erário, configurará a tipificação de ato de improbidade, restando prejudicada a responsabilização disciplinar.
 - (D) não se verifica a configuração de hipótese factível de ato de improbidade, na medida em que os bens foram adquiridos pelo ente público que criou a autarquia, de forma que qualquer prejuízo por esta verificado teria sido absorvido pela vantagem operada pelo Município, que alienou os bens no mercado pelos valores originais.
 - (E) não é possível responsabilizar o engenheiro chefe, ainda que servidor de autarquia municipal, tendo em vista que o trabalho técnico realizado representa expressão da discricionariedade do agente público, que não pode ser objeto de controle pelo Poder Judiciário.
-
34. Durante um procedimento de licitação no âmbito de um determinado município, um dos participantes do certame impugnou a decisão que habilitou os licitantes, aduzindo que um deles não preencheria os requisitos constantes do edital para tanto. A apreciação do recurso decidiu pelo indeferimento do pleito, ensejando o prosseguimento do procedimento de licitação. O Prefeito discordou da decisão da comissão de licitação e reverteu o ato, acolhendo o novo recurso do licitante. A conduta do Prefeito
- (A) é expressão de seu poder hierárquico, que se sobrepõe a todos os atos praticados pelos seus subordinados, independentemente de se tratar de competência privativa ou exclusiva dos mesmos.
 - (B) equivale a análise de recurso hierárquico impróprio, que dispensa previsão legal e autoriza a revisão de decisão de seus subordinados, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado.
 - (C) excedeu seu poder normativo, na medida em que a decisão consiste, em verdade, em ato normativo de efeitos concretos, o que não encontra fundamento legal.
 - (D) é inerente ao cargo ocupado, tendo em vista que é sempre do Chefe do Executivo, independentemente de previsão legal, a competência para autorizar, revogar ou anular os procedimentos de licitação municipais.
 - (E) pode ser válida no caso de haver previsão, no edital, da competência do chefe do Executivo para análise de recursos dos licitantes contra decisões no âmbito da comissão de licitação.



35. Os serviços públicos, quando são prestados por entes da Administração indireta, como autarquias ou empresas estatais,
- (A) subordinam-se ao regime jurídico de direito público e submetem-se ao controle da Administração, que poderá, na qualidade de poder concedente, promover alterações contratuais e na forma da execução dos serviços, o que não se imprime quando se trata de delegação para a iniciativa privada.
 - (B) são delegados em sua titularidade, o que confere maior autonomia na execução contratual e, não obstante se submetam aos princípios que informam a prestação de serviços públicos, subordinam-se apenas ao controle legislativo e judicial.
 - (C) dependem da celebração de contratos de concessão ou permissão, nos quais estarão previstas as obrigações e condições de execução, bem como as hipóteses de extinção antecipada, como caducidade ou encampação.
 - (D) observam os princípios que regem a prestação de serviços públicos, atraindo a incidência do regime jurídico de direito público, inclusive no que se refere aos bens afetados, ainda que o proprietário dos mesmos tenha natureza jurídica de direito privado.
 - (E) devem encontrar previsão na lei que criou os referidos entes, tendo em vista que os mesmos têm natureza jurídica de direito público, incluída a empresa estatal, porque destinada à prestação de serviços públicos.

Noções de Administração Pública

36. Os estudos sobre liderança e a influência do comportamento do líder sobre a atuação e produtividade dos liderados ganharam ênfase nos anos 1940, sendo emblemáticos aqueles desenvolvidos por estudiosos da Universidade de Ohio e da Universidade de Michigan. Dentre esses últimos, emergiu a Teoria Bidimensional, segundo a qual
- (A) é possível identificar duas dimensões do comportamento da liderança: orientação para o funcionário (pessoas) e orientação para a produção (tarefas).
 - (B) existem duas dimensões da atuação do líder: a primeira, racional, que deve ser priorizada em situações ordinárias, e a segunda, intuitiva, que só deve ser ativada em situações extraordinárias.
 - (C) o líder pode ser avaliado a partir de duas abordagens distintas: características pessoais ou inatas, e habilidades adquiridas, sendo considerado mais eficaz aquele que apresentar a melhor combinação aplicável ao estilo dos liderados.
 - (D) existem dois tipos específicos de líderes, com diferentes dimensões de atuação: o líder gerencial, centrado em resultados, e o líder carismático, centrado na própria atuação.
 - (E) o fenômeno da liderança pode ser estudado sob duas dimensões ou enfoques diversos: a perspectiva ativa e a perspectiva reativa, sendo ambos relevantes para o alcance dos resultados pretendidos.
-
37. Entre as teorias que buscam explicar o fenômeno da motivação, bem como as formas de ativá-la ou induzi-la no ambiente corporativo, pode-se citar a Teoria da Expectativa (ou Expectância) desenvolvida pelo psicólogo Victor Vroom. Um dos fatores constantes da equação apresentada pelo referido estudioso como determinante para motivar uma ação ou comportamento denomina-se valência, que corresponde
- (A) ao grau de comprometimento do indivíduo em relação aos objetivos organizacionais e que denota a importância relativa do mesmo para a organização.
 - (B) à relação desempenho-resultado, sendo o grau que o indivíduo acredita que determinada atuação ou habilidade levará ao resultado almejado.
 - (C) à relação esforço-desempenho, sendo a probabilidade percebida pelo indivíduo de que certa quantidade de esforço levará ao resultado pretendido.
 - (D) ao reforço positivo, voltado para o encorajamento dos comportamentos e resultados desejados, representado por recompensas financeiras e não financeiras.
 - (E) ao valor atribuído ao resultado (recompensa), sendo, assim, uma medida de atração que um resultado exerce sobre o indivíduo.
-
38. A literatura define cultura organizacional como representativa de um conjunto de costumes organizacionais que orientam o comportamento dos indivíduos na organização, possuindo caráter descritivo. Autores consagrados como Schein e Maximiano identificam diferentes níveis da cultura organizacional, sendo a camada mais superficial representada
- (A) pelo clima organizacional, que reflete a forma como os membros da organização se sentem em determinado momento ou circunstância específica.
 - (B) pelos pressupostos referenciais, tais como percepções e crenças dos membros da organização.
 - (C) pelos valores da organização, que permeiam o comportamento de seus membros e o relacionamento com clientes.
 - (D) pelos artefatos observáveis (ou simplesmente artefatos), tais como os símbolos ostentados pela organização.
 - (E) pela supracultura, que congrega elementos inerentes à própria organização e aqueles absorvidos do ambiente no qual a mesma está inserida.



39. Entre os diferentes tipos de estruturas organizacionais, podem ser apontadas a estrutura divisional e também o modelo de estrutura matricial. Este último, embora baseado no modelo divisional, apresenta, como um de seus traços distintivos,
- (A) ser baseado no conceito de projeto, que constitui um centro de resultado, ou, sob outro prisma, uma unidade (órgão) da estrutura, com duração limitada ao tempo do projeto.
 - (B) ser organizado por departamentos pelo critério funcional, apenas nos primeiros níveis, consistentes em: produção, comercialização, finanças e administração.
 - (C) a divisão geográfica, com filiais e sucursais, ligadas organicamente à matriz, porém com autonomia gerencial, salvo nos aspectos financeiros.
 - (D) o fato de apurar lucros ou resultados dentro de um mesmo sistema contábil, utilizado para todo o conjunto da empresa, sem qualquer divisão por centros de resultado.
 - (E) a ausência de departamentalização, baseando-se na alocação de diferentes funções da organização em um único centro de resultados, como forma de irradiar conhecimento para toda a organização.
-
40. No que concerne à mensuração de desempenho no âmbito das organizações,
- (A) as metas constituem a medida própria para avaliar individualmente os empregados, e os indicadores para avaliação das equipes.
 - (B) apenas indicadores objetivos são passíveis de utilização para tal finalidade, sendo os subjetivos próprios da etapa de gestão do desempenho.
 - (C) podem ser utilizadas tanto medidas objetivas, como quantidade de projetos concluídos, como subjetivas, como grau de comprometimento.
 - (D) devem ser priorizados indicadores subjetivos, vinculados às características individuais dos avaliados, como forma de evitar generalizações e distorções de resultados.
 - (E) consiste na etapa inicial do planejamento estratégico da organização, usada como *feedback* pelos empregados quanto à qualidade de atuação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação de Trânsito

Atenção: As questões de números 41 a 50 estão alicerçadas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, consideradas as alterações posteriores e principais Resoluções.

41. Entre outras atribuições, compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição,
- (A) implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.
 - (B) credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível.
 - (C) planejar e implantar medidas para redução de circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes.
 - (D) conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal.
 - (E) comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.
-
42. Considere:
- I. Julgar os recursos interpostos pelos infratores.
 - II. Solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida.
 - III. Encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.
 - IV. Estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito.
 - V. Acompanhar e coordenar as atividades de administração, educação, registro e licenciamento dos veículos.
- São de competência das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III, IV e V.



43. Considere os seguintes veículos:

- I. Motoneta.
- II. Triciclo.
- III. Charrete.
- IV. Carroça.
- V. Carro de mão.

Quanto à espécie, são exemplos de veículos de carga os que constam APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II, IV e V.

44. Considere os seguintes requisitos:

- I. Ter idade superior a vinte e um anos.
- II. Ter idade superior a dezoito anos.
- III. Ser habilitado na categoria "D".
- IV. Ser habilitado na categoria "C".
- V. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.
- VI. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.

O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer, entre outros, aos requisitos que constam APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) I, III e VI.
- (C) II, IV e VI.
- (D) II, III e V.
- (E) I, IV e V.

45. Considere:

- I. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de cinco horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.
- II. Serão observados trinta minutos para descanso dentro de cada seis horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas cinco horas e meia contínuas no exercício da condução.
- III. Serão observados vinte minutos para descanso a cada quatro horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o tempo de direção.
- IV. O condutor de veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros é obrigado, dentro do período de vinte e quatro horas, a observar o mínimo de seis horas de descanso, que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos de descanso.

São requisitos para a condução de veículos por motoristas profissionais os que constam APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

46. Em não havendo sinalização regulamentadora, as velocidades máxima e mínima, em uma via caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, devem ser, respectivamente,

- (A) cento e dez quilômetros por hora e cinquenta e cinco quilômetros por hora.
- (B) oitenta quilômetros por hora e quarenta quilômetros por hora.
- (C) setenta quilômetros por hora e trinta e cinco quilômetros por hora.
- (D) sessenta quilômetros por hora e trinta quilômetros por hora.
- (E) quarenta quilômetros por hora e vinte quilômetros por hora.



47. O Analista de Trânsito Godofredo, ao se aproximar do veículo oficial que utilizaria durante seu turno de serviço, identificou uma mancha de combustível sob o veículo. Manobrou o veículo na garagem e prosseguiu para suas atividades rotineiras, que incluíam a participação em um projeto de educação e segurança de trânsito em uma escola pública. Ao chegar ao seu destino, outro motorista advertiu-lhe que o veículo oficial estava derramando combustível na via pública. A conduta praticada por Godofredo
- (A) não caracteriza infração de trânsito.
- (B) caracteriza infração de trânsito leve e sujeita à penalidade de multa.
- (C) caracteriza infração de trânsito média e sujeita à penalidade de multa.
- (D) caracteriza infração de trânsito grave, sujeita à penalidade de multa e medida administrativa de retenção do veículo para regularização.
- (E) caracteriza infração de trânsito gravíssima, sujeita à penalidade de multa e medida administrativa de retenção do veículo para regularização.

48. O Analista de Trânsito Rubens conduzia o veículo oficial pela Av. Ordem e Progresso quando o semáforo mudou de fase e fechou. Rubens, que estava distraído, parou o veículo sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso. A conduta praticada por Rubens configura infração de trânsito
- (A) leve e sujeita à penalidade de multa.
- (B) média e sujeita à penalidade de multa.
- (C) grave e sujeita à penalidade de multa.
- (D) média, sujeita à penalidade de multa e medida administrativa de remoção do veículo.
- (E) grave, sujeita à penalidade de multa e medida administrativa de remoção do veículo.

49. O Analista de Trânsito Wilbort utiliza transporte público para deslocar-se de sua residência até o DETRAN/MA. Após solicitar a parada do ônibus, Wilbort adentra e se prepara para realizar o pagamento da tarifa para o motorista. Em ato contínuo, o motorista retoma o deslocamento do veículo, dando prosseguimento ao itinerário da linha. Com o veículo já em movimento, Wilbort efetua o pagamento de R\$ 4,00 (quatro reais) para o motorista, que de imediato debita a tarifa de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) e devolve o troco de R\$ 0,20 (vinte centavos) para Wilbort. A conduta praticada pelo motorista do ônibus
- (A) não configura infração de trânsito.
- (B) configura infração de trânsito leve e sujeita à penalidade de multa.
- (C) configura infração de trânsito média e sujeita à penalidade de multa.
- (D) configura infração de trânsito grave e sujeita à penalidade de multa.
- (E) configura infração de trânsito gravíssima e sujeita à penalidade de multa.

50. Considere as categorias B, C, D e E de habilitação.

Poderão conduzir na via pública os veículos I, II e III o condutor habilitado APENAS nas categorias expressas em:

	Veículo I Trator de Roda	Veículo II Equipamentos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas	Veículo III Veículo especialmente destinado à condução coletiva de escolares
A	B, D e E	C, D e E	C e D
B	B, C, D e E	B, C, D e E	D
C	C e E	C e E	B e D
D	B e C	C e E	B e D
E	B e E	B e E	C

**Engenharia de Tráfego**

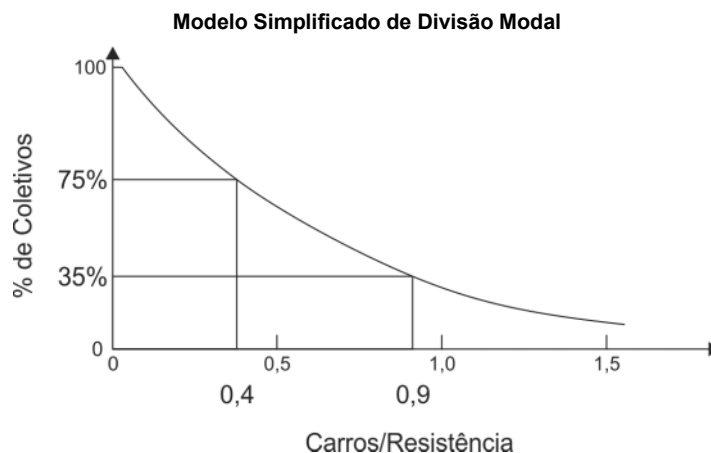
51. Para o cálculo de capacidade de vias utiliza-se o Fator Horário de Pico, que representa
- (A) a porcentagem da ducentésima hora mais carregada do ano em relação ao Volume Médio Viário.
 - (B) a distribuição no sentido do fluxo horário para a hora de pico.
 - (C) a porcentagem da quinquagésima hora mais carregada do ano em relação ao Volume Médio Viário.
 - (D) a relação entre o volume da hora pico e o valor do período de quinze minutos com o maior fluxo de tráfego dentro da hora de pico.
 - (E) o ajuste da sazonalidade da hora pico ao longo do dia.
52. Nos estudos de tráfego desenvolvidos para implantação de uma nova interseção, em uma determinada rodovia, foram realizadas pesquisas de tráfego no local previsto para a nova interseção.

Para determinação do fator de expansão sazonal, visando ao cálculo do Volume Médio Diário – VMD, coletaram-se dados na praça de pedágio existente mais próxima ao local da futura interseção, conforme quadro a seguir.

Mês	VMD (veic/dia)	Mês	VMD (veic/dia)
Janeiro	10.300	Julho	6.550
Fevereiro	9.700	Agosto	7.600
Março	8.200	Setembro	8.150
Abril	7.900	Outubro	8.450
Mai	8.150	Novembro	8.900
Junho	9.300	Dezembro	10.000

Sabendo que as pesquisas de tráfego foram elaboradas no mês de dezembro, o fator de expansão sazonal a ser adotado em tais pesquisas, para determinação do Volume Médio Diário – VMD, é

- (A) 0,86
 - (B) 1,16
 - (C) 0,16
 - (D) 0,14
 - (E) 1,08
53. A curva de divisão modal abaixo representa os dados resultantes de uma pesquisa referente ao padrão de viagens em determinada área:



Considerando um total de 4.000 viagens e o incremento na renda da região, onde a relação carros/residência aumente de 0,4 para 0,9, admitindo uma taxa de ocupação de 20 passageiros por ônibus e 1,5 pessoas por carro, a diferença do número de ônibus, entre os dois cenários, é

- (A) 150.
- (B) 70.
- (C) 80.
- (D) 100.
- (E) 120.



54. As interseções em níveis diferentes possuem maior capacidade para o trânsito direto, igualável à capacidade das vias fora da interseção, e oferecem maior segurança que as interseções em nível pela ausência de conflitos. Abaixo, à esquerda estão descritas algumas interseções em níveis diferentes. À direita estão relacionadas as figuras das interseções.

Descrição	Figura
I. Diamante Simples	1.
II. Trevo Parcial (dois quadrantes)	2.
III. Trombeta	3.
IV. Giratório	4.

A correlação correta entre a descrição e a figura é:

- (A) I-4, II-3, III-1, IV-2
 (B) I-1, II-4, III-2, IV-3
 (C) I-4, II-1, III-3, IV-2
 (D) I-3, II-2, III-1, IV-4
 (E) I-2, II-3, III-1, IV-4
-
55. Na interseção de duas vias não semaforizada, o comprimento de armazenamento pode ser calculado com base no número médio de veículos que chegam na interseção na hora de pico. Considerando o tempo de espera de dois minutos, para a conversão à esquerda de 100 carros de passeio, por hora, nessa interseção, o comprimento mínimo necessário de armazenamento é, em metros,
- (A) 30.
 (B) 15.
 (C) 50.
 (D) 75.
 (E) 10.
-
56. A velocidade com que os pedestres atravessam uma via varia de 0,8 m/s a 1,8 m/s. Para fins de projeto, para uma proporção de 40% de idosos (> 65 anos), a velocidade com que os pedestres atravessam uma via em nível é da ordem de, em m/s,
- (A) 0,8.
 (B) 1,0.
 (C) 0,9.
 (D) 1,2.
 (E) 1,4.
-
57. Para fins de análise econômica de duplicação de um trecho de uma determinada rodovia, é necessário que se faça distinção entre os vários tipos de tráfego, uma vez que os benefícios resultantes da implantação do projeto de duplicação serão diferentes conforme a ocorrência de cada tipo. O tráfego induzido é aquele
- (A) constituído por viagens criadas pelas obras realizadas no trecho.
 (B) que já utiliza determinado trecho, independentemente da realização ou não do investimento.
 (C) que, por razão das melhorias introduzidas em um trecho, é desviado de outras rotas para o trecho em questão.
 (D) criado por modificações socioeconômicas da região de influência do trecho.
 (E) que já utiliza determinado trecho, adicionando-se as viagens criadas pelas obras realizadas nesse trecho.



58. Para efeito de análise de capacidade, as rodovias pavimentadas com duas faixas e dois sentidos de tráfego são divididas em duas classes. A Classe I compreende:
- I. Rodovias nas quais os motoristas esperam poder trafegar com velocidades relativamente elevadas.
 - II. Rotas de trabalho diário.
 - III. Rodovias turísticas e recreacionais, que passam por terreno de topografia acidentada.
 - IV. Rodovias que servem áreas de desenvolvimento moderado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
59. Velocidade é, dentre as características essenciais do tráfego, uma das mais complexas para se definir. Assume várias formas, de acordo com o tipo de tempo que é utilizado (em movimento, total etc.) e a base espacial sobre a qual é calculada. Velocidade diretriz é a velocidade
- (A) abaixo da qual trafegam 85% dos veículos.
 - (B) média dos veículos de uma determinada via, quando apresenta volumes baixos de tráfego e não há imposição de restrições quanto às suas velocidades, nem por interação veicular nem por regulamentação do trânsito.
 - (C) em um trecho de uma via, determinada pela razão do comprimento do trecho pelo tempo médio gasto em percorrê-lo, incluindo o tempo em que, eventualmente, os veículos estejam parados.
 - (D) instantânea de um veículo quando passa por um determinado ponto ou seção da via.
 - (E) selecionada para fins de projeto, da qual se derivam os valores mínimos de determinadas características físicas diretamente vinculadas à operação e ao movimento dos veículos.

60. Considere um trecho de rodovia de pista simples, com a seguinte frota:

Tipo	Veículo	Volume Médio Diário de Veículos Pesados	Fator de Veículo USACE
2C	Caminhão médio	200	3,567
3C	Caminhão Pesado	300	8,827
2S3	Semi-reboque	100	12,867

Pelo método USACE, adotando-se a taxa de crescimento de 0% ao ano e período de 20 anos, o número "N" é:

- (A) $3,4 \times 10^7$
 - (B) $1,7 \times 10^7$
 - (C) $1,7 \times 10^6$
 - (D) $8,5 \times 10^7$
 - (E) $1,3 \times 10^5$
61. Polos geradores de tráfego são empreendimentos que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária e em seu entorno imediato, e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres.
- Qualquer que seja a estruturação formal do roteiro para elaboração de estudos de impacto de polos geradores de tráfego, é importante que sejam desenvolvidos segundo os seguintes planos distintos de análise:
- I. Análise dos impactos sobre as vias de acesso e adjacentes ao empreendimento em função das prováveis ocorrências de congestionamentos e de pontos críticos de circulação e segurança viárias, pela redução ou esgotamento de sua capacidade de tráfego e assimetria entre oferta e demanda de vagas de estacionamento.
 - II. Análise dos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.
 - III. Análise do projeto arquitetônico do empreendimento no que diz respeito às características geométricas e de localização dos acessos, vias internas de circulação, raios horizontais e declividades em rampas e acessos, bem como ao dimensionamento, arranjo funcional e suficiência das vagas de estacionamento e de carga e descarga de veículos, entre outros aspectos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



62. A função de custos definida para estimativa dos impactos econômicos dos acidentes nas rodovias brasileiras é composta de quatro grupos de componentes de custos relativos: às pessoas, aos veículos, à via e ao ambiente onde ocorre o acidente e ao envolvimento de instituições públicas com o acidente.

Além dos danos materiais aos veículos, os custos associados aos veículos são, exclusivamente, os de

- (A) remoção/pátio e danos à propriedade pública.
- (B) perda de carga e reposição.
- (C) remoção/pátio e reposição.
- (D) perda de carga, remoção/pátio e reposição.
- (E) perda de carga, reposição e danos à propriedade pública.

63. A Velocidade de Fluxo Livre em rodovias de pista simples corresponde a fluxos de até 200 ucp/h e deve ser obtida por pesquisa de campo por meio de uma amostra de pelo menos 100 veículos. Se não for viável a medição da velocidade no campo, adota-se determinado Valor Básico de Velocidade de Fluxo livre – BVFL e ajusta-o pelo fator de ajustamento

- I. para veículos pesados.
- II. de larguras de faixa e de acostamento.
- III. de larguras de faixa.
- IV. para o número de acessos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

64. No nível de serviço **D**, nas rodovias de quatro ou mais faixas de tráfego,

- (A) a presença dos outros veículos já é sentida, mas os motoristas têm liberdade de realizar manobras menores. Eventuais interferências do fluxo são facilmente absorvidas, embora seja perceptível a queda do nível nesses locais.
- (B) a habilidade para manobrar é severamente restringida devido a congestionamento do tráfego. A velocidade é reduzida pelo volume crescente. Apenas distúrbios muito pequenos podem ser absorvidos sem que se formem extensas filas.
- (C) a influência da densidade do tráfego na operação torna-se mais visível. A habilidade para manobrar dentro da corrente de tráfego é claramente afetada pelos outros veículos. Pequenas interferências podem provocar a formação de filas.
- (D) a operação fica próxima à capacidade. Os veículos operam com o mínimo de espaçamento para manter o fluxo uniforme. Eventuais distúrbios não podem ser absorvidos rapidamente, provocando a formação de filas.
- (E) o fluxo opera forçado ou em colapso. Ocorre quando o fluxo de veículos que chega supera o que sai, ou quando a demanda excede a capacidade da via.

65. Veículos trafegando em velocidade reduzida, especialmente em decorrência de rampas ascendentes, restringem as características operacionais dos demais veículos. Esta restrição pode ser suavizada aumentando as oportunidades de ultrapassagem, implantando terceira faixa em rampas ascendentes. Em geral, a implantação de uma terceira faixa deve ser considerada quando:

- I. O volume horário de veículos na faixa de subida ultrapassa 100 veículos por hora.
- II. O trecho em subida tem nível de serviço **D** ou **E**.
- III. Prevê-se uma redução de velocidade de pelo menos 15 km/h para os veículos pesados.
- IV. Prevê-se uma redução de velocidade de pelo menos 25 km/h para os veículos pesados.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

**Legislação Institucional**

66. Considere:

- I. Ambulância de hospitais da rede pública de saúde.
- II. Veículos dos corpos de diplomatas acreditados junto ao governo brasileiro.
- III. Veículos nacionais com mais de vinte anos.
- IV. Veículos estrangeiros com mais de quinze anos.

De acordo com a Constituição do Estado do Maranhão, o imposto sobre propriedade de veículos automotores NÃO incidirá nos veículos indicados APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

67. Considere as seguintes situações hipotéticas envolvendo servidores públicos civis do Estado do Maranhão:

- I. Marta é colocada à disposição do Estado de São Paulo.
- II. Jaqueline é colocada à disposição do Governo Federal.
- III. Hortência foi transferida a seu pedido do Município de Tutoia para o Município de Santa Inês.

De acordo com a Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994, a ajuda de custo

- (A) será concedida apenas na hipótese II.
- (B) será concedida em todas as hipóteses.
- (C) não será concedida em nenhuma das hipóteses.
- (D) será concedida apenas na hipótese III.
- (E) será concedida apenas na hipótese I.

68. Segundo o Decreto nº 20.242, de 26 de janeiro de 2004, que aprova o Regimento do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-MA, o Conselho de Administração

- (A) terá suas decisões consignadas em portarias devidamente numeradas e assinadas por todos os seus membros.
- (B) é um órgão de orientação, deliberação superior consultivo e fiscalizador, composto por nove membros.
- (C) reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.
- (D) funcionará com a presença mínima de dois terços de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros, sendo que, em caso de empate, caberá ao Diretor Geral do DETRAN-MA, como membro nato, o desempate.
- (E) possui entre os seus membros o Gerente de Estado de Segurança Pública, que é o presidente nato.

69. Conforme Decreto nº 20.242, de 26 de janeiro de 2004, que aprova o Regimento do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-MA, compete à Divisão de Execução Orçamentária, entre outras atribuições,

- (A) acompanhar a execução orçamentária e financeira dos convênios celebrados.
- (B) preparar o recolhimento de saldos remanescentes de adiantamentos.
- (C) manter registro e controle dos adiantamentos concedidos, controlando prazos e analisando as prestações de contas, relacionando os funcionários que estiverem em alcance e comunicar à Contadoria Geral do Estado.
- (D) elaborar pedidos de abertura de créditos adicionais.
- (E) preparar e encaminhar à Subgerência da Contadoria Geral do Estado – GEPLAN as relações de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores.

70. Segundo a Lei Estadual nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano Geral de Carreira e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual – PGCE, na constituição dos Grupos do PGCE, os Subgrupos Processamento Judiciário e Gestão Governamental integram

- (A) os Grupos Segurança e Estratégico, respectivamente.
- (B) o Grupo Estratégico.
- (C) o Grupo Segurança.
- (D) os Grupos Administração Geral e Segurança, respectivamente.
- (E) o Grupo Administração Geral.